



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)
politica.df@dabr.com.br

Discrição, mas sem perder de vista

A disputa para a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na Presidência da Câmara começou bem mais cedo do que se esperava — e apesar do período eleitoral, de Congresso vazio, continua a todo vapor. O deputado deixará o cargo somente em fevereiro de 2025, mas os deputados Hugo Motta (Republicanos-PB), Elmar Nascimento (União-BA) e Antonio Brito (PSD-BA) articulam intensamente para costurar apoio na votação.

Embora sem emitir sinais de que tem alguma preferência, o Palácio do Planalto vem acompanhando de perto essa movimentação. Afinal, não dá para deixar o barco correr depois da derrota histórica do governo Dilma Rousseff, que, em 2015, endossou a candidatura do petista Arlindo Chinaglia contra Eduardo Cunha. O então emedebista venceu a disputa e, um ano depois, deu início ao processo que resultou no impeachment da presidente.



O que as urnas dirão?

O governo Lula 3 corta um dobrado para consolidar a base no Legislativo. Mesmo com figuras essenciais, como o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e o vice-presidente Geraldo Alckmin, o Planalto tem dificuldades em lidar com um Congresso fragmentado e com o poder do Centrão nas duas Casas. A expectativa é para aquilo que emergirá das urnas, em outubro. Se o leque de apoios do governo sagrar-se vencedor, o diálogo fluirá com mais facilidade.

Abraço de afogado

Se as pesquisas estiverem corretas, em São Paulo a disputa, agora, é entre Ricardo Nunes (MDB) e Guilherme Boulos (PSol). O performático Pablo Marçal (PRTB) já é visto como carta fora do baralho — assim como José Luiz Datena (PSDB) e Tabata Amaral (PSB). O tucano anunciou que não apoiará ninguém caso caia no primeiro turno. A deputada é mais polida — e tende a fechar com Boulos. O problema é o influenciador: se ficar neutro, seus votos devem migrar para Nunes. Mas, caso declare apoio à reeleição do prefeito, pode dar um abraço de afogado.

Será mesmo?

Seja como for, Pablo Marçal chega em 2026 com um patrimônio considerável de votos e conhecido nacionalmente por certo do histrionismo. Tem verbalizado que tentará a Presidência da República. Mas como o que ele fala não se escreve, pode migrar para a disputa — por São Paulo — de uma das duas vagas ao Senado. O que será um tormento para o bolsonarismo.

"Vai dar ruim"

Um dos que estará na briga pelo Senado, representando a direita, certamente é o hoje deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). O outro será, a princípio, alguém fechado em acordo entre o ex-presidente e o governador Tarcísio de Freitas. Pode ser Marçal? Pode, pois até lá ele tem tempo para pedidos de perdão e de composições diversas. Mas, a preços de hoje, o influenciador é visto mais como elemento desestabilizador do que agregador.

Invasão de território

Depois de perder espaço para Nunes entre os eleitores evangélicos, segundo a recente pesquisa do Datafolha, Marçal agendou para amanhã um encontro virtual com pastores e líderes religiosos. Gravou vídeo convidando para uma videochamada no começo da tarde. O influenciador volta a invadir a seara do bolsonarismo — que não aceitará isso passivamente — e pode ter cometido pecado mortal.

Use com moderação

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) tem discutido com os congressistas a importância de o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) salvar o trabalhador no momento da demissão e financiar habitação, saneamento e mobilidade. Segundo a entidade, tramitam 202 projetos no Congresso que criam novas hipóteses de saque do Fundo. "Só com o saque-aniversário, R\$ 121 bilhões deixaram de ser utilizados na habitação. Até 2030, o impacto pode chegar a R\$ 230 bilhões", lamenta o presidente da CBIC, Renato Correia.

Abelardo Mendes Jr./CB/DA Press



Mão na massa

Mais de 600 pessoas participam do SDGs in Brazil, promovido pelo Pacto Global da ONU — Rede Brasil, em Nova York. Entre eles, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e a skatista e medalhista olímpica Rayssa Leal (foto). Eles se juntaram a lideranças empresariais, governamentais e cientistas para discutir, entre outros temas, a sustentabilidade. "O crescimento do interesse das corporações por iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável é animador, mas é preciso ir além. Todos os agentes da sociedade precisam agir", disse à coluna Carlo Pereira, CEO do Pacto Global da ONU.

Sem vínculo trabalhista

Duas novas decisões do STF confirmam a inexistência de vínculo de emprego em contratos de franquia. Destacando o princípio constitucional da livre iniciativa, o ministro Nunes Marques cassou acórdãos do TRF-4 que reconheciam o elo entre donos de corretoras de seguro franqueadas e a Prudential. Até agora, a seguradora saiu vitoriosa em 23 ações no Supremo.

PODER

Depois de apresentar advogada como representante formal, plataforma deve cumprir exigências burocráticas para obter a liberação do acesso no Brasil. Mas Receita e Polícia Federal terão de atestar se determinações à rede social foram atendidas

X tem 5 dias para provar legalidade

» RENATO SOUZA

Depois de comunicar, na sexta-feira, o nome do representante legal no Brasil, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu cinco dias para o X (antigo Twitter) comprovar que está regular para voltar a atuar no Brasil. O magistrado determinou que a empresa envie à Corte documentos originais que indiquem a constituição da advogada Rachel Villa Nova Conceição como preposta da plataforma em território nacional. De acordo com o X, os documentos estão vindo da Irlanda e devem chegar amanhã.

Além da notificação à empresa, Moraes determinou que a Receita Federal (RFB) informe a situação do CNPJ do X e que a Junta Comercial de São Paulo informe se a empresa que administra a rede social está apta a atuar no

país. À Polícia Federal (PF), o ministro cobrou informações, a serem entregues em 48 horas, sobre se a plataforma cumpriu todas as determinações que foram exigidas — como a suspensão de perfis de bolsonaristas que atacam as instituições democráticas, atacam o magistrado e espalham desinformação.

Na semana passada, o X começou a suspender perfis em cumprimento à ordem de bloqueio dada pelo Supremo. Entre essas contas, estão a do "youtuber" Bruno Aiub, o Monark, e os blogueiros Allan dos Santos e Osvaldo Eustáquio. Os perfis tinham sido retirados do ar em 2022, porém o dono da plataforma, o bilionário Elon Musk, descumpriu as determinações e liberou as contas para acesso à rede social a partir do Brasil.

O X está bloqueando no país desde agosto, quando o magnata

fechou o escritório da empresa em São Paulo e demitiu todos os funcionários sob a alegação de que estava sendo perseguido pelo Supremo. Musk disse que tomou conhecimento de ameaças de que seus colaboradores seriam presos por descumprimento de ordem judicial.

Prazo para volta

Sem representação no Brasil, a plataforma foi suspensa por ordem da Corte. A expectativa é de que, com a definição de uma representante legal, o acesso ao X seja restabelecido na próxima semana — mas somente diante do cumprimento de todas as condições determinadas por Moraes.

A plataforma foi multada em R\$ 18 milhões por conta do descumprimento das decisões, mas se recusou a pagar os débitos. O ministro bloqueou as contas do

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Moraes quer comprovação da retirada dos perfis bolsonaristas e da regularidade do X na Junta Comercial

serviço no Brasil e estendeu a decisão de indisponibilidade de recursos à Starlink — que fornece internet via satélite.

Os bancos nos quais as empresas mantêm contas cumpriram a ordem do ministro — os recursos foram bloqueados, as multas pagas e os valores transferidos aos cofres da União. O acesso ao X foi suspenso para todos os usuários e Moraes aplicou multa de R\$ 50 mil por dia para quem o acessasse por rede privada (VPN) ou por outro meio que caracterize o uso de "subterfúgios tecnológicos" para burlar a determinação judicial.

Na quarta-feira passada, a plataforma permitiu o acesso por pesadas à empresa, a ponto de inviabilizá-la no Brasil. A situação tomou contornos críticos com a homologação, no último dia 11, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para o funcionamento da E-Space. Sediada em Toulouse e em Arlington, no Texas, a empresa franco-americana é a principal competidora da Starlink.

"A E-Space tem potencial de utilizar mais de 8 mil satélites de baixa órbita. Isso dá uma noção de quem está do outro lado", adverte um dos advogados.

Mas há os efeitos políticos. Países de todos os continentes se movimentam para restringir

o acesso ao X. O passo mais recente foi da Austrália: a ministra das Comunicações, Michelle Rowland, defendeu uma lei que exige das plataformas códigos de conduta para impedir a disseminação de fake news, além de estarem sujeitas às determinações de um órgão regulador. Foi o suficiente para Musk classificar o governo australiano de "fascista".

"Estão criando barreiras cada vez mais altas para o X transpor. O custo do desafio é a contaminação dos demais negócios. Investidor gosta de navegar em águas plácidas, não nas tormentas provocadas por Musk", diz outro dos advogados.

Incômodo de investidores levou a recuo

» FABIO GRECCHI

Por trás do recuo de Elon Musk, que decidiu acatar as determinações do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, para que o bloqueio ao X (antigo Twitter) seja suspenso, estão advertências de investidores do grupo empresarial do bilionário sul-africano de que a afronta ao Judiciário brasileiro pode custar a inviabilização de negócios e o afastamento de aplicadores — atuais e futuros.

Advogados de dois fundos de investimento que têm negócios com o magnata acompanham com lupa a situação da rede social e da Starlink no Brasil. Avaliam que, enquanto o patamar era o da guerra verbal de Musk contra Moraes, não era bom, mas era "administrável". Ao desbordar para o descumprimento de decisões judiciais, potencializou riscos que investidores, por definição, detestam.

"Musk tem muitos defeitos, mas não rasga dinheiro. A situação brasileira reflete-se não

apenas aqui, mas em outros países. Isso causa uma retração nos investimentos e afasta novos interessados", disse um dos advogados, sob a condição de anonimato.

"Multas de R\$ 18 milhões e, agora, mais R\$ 5 milhões por burlar o bloqueio (judicial imposto ao X), são pesadas em qualquer local do planeta, seja pelo valor, seja pelo impacto na imagem do grupo. Além disso, com a rede suspensa, houve uma migração vertiginosa de usuários

rumo ao Threads e ao Bluesky. Ou seja: reforçou-se competidores capazes de tomar boa parte do espaço", acrescenta outro advogado, que também pediu para não se identificar.

Em 30 de agosto, em reação ao bloqueio das contas da Starlink para saldar multas impostas pelo STF ao X, Musk anunciou que o sinal de internet seria liberado para que se burlasse a restrição judicial e acessasse a rede social. Isso assustou fundos de investimentos, que temem multas cada vez mais